Veto n° 1, de 2021

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.013, de 2020, que "Suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), criado pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.671, de 15 de maio de 2003".

Assunto: Política Social - Desporto e Lazer

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Rejeitada pelo Plenário

Destino: -

Último local: 20/04/2021 - Secretaria de Expediente

Último estado: 19/04/2021 - VETO DELIBERADO PELO PLENÁRIO

Matérias Relacionadas:

Veto nº 00001 de 2021

TRAMITAÇÃO

14/04/2026 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: A matéria vai ao arquivo.

30/04/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA..
PROMULGAS partes vetadas, e rejeitadas pelo Congresso Nacional, da Lei nº 14.117, de 21 de janeiro de 2001.
DOUE (Diário Oficial da União) - 30/04/2021 - Seção I - pág. 1.
promulgada em 29/04/2021.

28/04/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 98, de 28/04/21, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 43/21, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando que, em sessão conjunta realizada em 19 de abril do corrente ano, o Congresso Nacional rejeitou, o veto aposto ao Projeto de Lei n° 1013, de 2020, e encaminhando autógrafos para promulgação.

20/04/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado.

TRAMITAÇÃO

19/04/2021 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Situação: VETO DELIBERADO PELO PLENÁRIO

Ação: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE A SESSÃO CONJUNTA REMOTA DO CONGRESSO NACIONAL DE 19/04/2021, INICIADA ÀS 19h45)
Discussão encerrada.
Rejeitado, no Senado Federal, o Veto nº 1/2021, com o seguinte resultado: Sim 6, Não 50, Total 56.
A matéria vai à promulgação.
Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

Publicado no DCN Páginas 103-108 - DCN nº 15

19/04/2021 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE A SESSÃO CONJUNTA REMOTA DO CONGRESSO NACIONAL DE 19/04/2021, INICIADA ÀS 12h17)
Discussão encerrada.
Rejeitado, na Câmara dos Deputados, o Veto nº 1, de 2021, com o seguinte resultado: Sim 17, Não 378, Total 395.
A matéria, rejeitada pela Câmara dos Deputados, vai ao Senado Federal.
(Encaminhada à publicação Declaração de Voto do Deputado Abílio Santana)

Publicado no DCN Páginas 103 - DCN nº 15

Publicado no DCN Páginas 142-148 - DCN nº 15

Publicado no DCN Páginas 155-205 - DCN nº 15

Publicado no DCN Páginas 67-73 - DCN nº 15

16/04/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Incluída na Ordem do Dia das Sessões Remotas do Congresso Nacional convocadas para segunda-feira, 19 de abril de 2021, na Câmara dos Deputados às 10h e 19h e no Senado às 16h.

17/03/2021 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE A SESSÃO CONJUNTA REMOTA DO CONGRESSO NACIONAL DE 17/03/2021, INICIADA ÀS 10h24)
Retirado da pauta.

Publicado no DCN Páginas 87-88 - DCN nº 9

Publicado no DCN Páginas 33-74 - DCN nº 9

Publicado no DCN Páginas 240-241 - DCN nº 9

16/03/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluída na Ordem do Dia das Sessões Remotas do Congresso Nacional convocadas para quarta-feira, 17 de março de 2021, na Câmara dos Deputados às 10h e 19h e no Senado às 16h.

04/03/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: SOBRESTANDO A PAUTA DO CONGRESSO NACIONAL

Ação: A matéria passa a sobrestar a pauta das sessões conjuntas do Congresso Nacional, a partir de 4/3/2021, e será incluída na Ordem do Dia da sessão imediata nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

11/01/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Veto n° 1, de 2021

TRAMITAÇÃO

Ação: Determinada a publicação do veto em avulsos eletrônicos e no DCN de 4 de fevereiro de 2021.

Publicado no DCN Páginas 296-306 - DCN nº 2

11/01/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Calendário de tramitação de Veto - VET 1/2021 (Art. 66, § 4º da Constituição Federal):

- Recebimento no Congresso Nacional: 11/01/2021
- Sobrestando a pauta a partir de: 04/03/2021

11/01/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Recebida, na presente data, por meio digital, a Mensagem nº 5, de 2021, do Exmo. Sr. Presidente da República, a qual encaminha ao Congresso Nacional as razões do veto.
O prazo de trinta dias para deliberação do Congresso Nacional, previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional, encerrar-se-á em 3 de março de 2021.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

11/01/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Publicada no DOU de 11/01/2021 (pag. 4) a Mensagem nº 5 de 2021, comunicando o Veto (numerado como 1/2021), parcial, aposto ao Projeto de Lei nº 1.013 de 2020.

Publicado no DOU Páginas 4

DOCUMENTOS

VET 1/2021

Data: 11/01/2021

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Recebida, na presente data, por meio digital, a Mensagem nº 5, de 2021, do Exmo. Sr. Presidente da República, a qual encaminha ao Congresso Nacional as razões do veto.
O prazo de trinta dias para deliberação do Congresso Nacional, previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional, encerrar-se-á em 3 de março de 2021.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.013, de 2020, que "Suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), criado pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.671, de 15 de maio de 2003".

Calendário

Data: 11/01/2021

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Calendário de tramitação de Veto - VET 1/2021 (Art. 66, § 4º da Constituição Federal):

- Recebimento no Congresso Nacional: 11/01/2021
- Sobrestando a pauta a partir de: 04/03/2021

DOCUMENTOS

Avulso inicial da matéria

Data: 11/01/2021
Autor: Senado Federal
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Ação Legislativa: Determinada a publicação do veto em avulsos eletrônicos e no DCN de 4 de fevereiro de 2021.
Descrição/Ementa: Avulso do Veto nº 1 de 2021

Estudo

Data: 14/01/2021
Autor: Senado Federal
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Descrição/Ementa: Estudo do Veto nº 1/2021

Declaração de Voto

Data: 17/03/2021
Autor: Deputado Federal João Maia (PL/RN)
Local: Plenário do Congresso Nacional
Descrição/Ementa: Declaração de Voto do Deputado João Maia

Declaração de Voto

Data: 17/03/2021
Autor: Deputado Federal Junior Lourenço (PL/MA)
Local: Plenário do Congresso Nacional
Descrição/Ementa: Declaração de Voto do Deputado Junior Lourenço

Listagem ou relatório

Data: 19/04/2021
Autor: Câmara dos Deputados
Local: Plenário do Congresso Nacional
Ação Legislativa: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE A SESSÃO CONJUNTA REMOTA DO CONGRESSO NACIONAL DE 19/04/2021, INICIADA ÀS 12h17)
Discussão encerrada.
Rejeitado, na Câmara dos Deputados, o Veto nº 1, de 2021, com o seguinte resultado: Sim 17, Não 378, Total 395.
A matéria, rejeitada pela Câmara dos Deputados, vai ao Senado Federal.
(Encaminhada à publicação Declaração de Voto do Deputado Abílio Santana)
Descrição/Ementa: Lista de votação nominal.

Declaração de Voto

Data: 19/04/2021
Autor: Deputado Federal Abílio Santana (PL/BA)
Local: Plenário do Congresso Nacional
Ação Legislativa: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE A SESSÃO CONJUNTA REMOTA DO CONGRESSO NACIONAL DE 19/04/2021, INICIADA ÀS 12h17)
Discussão encerrada.
Rejeitado, na Câmara dos Deputados, o Veto nº 1, de 2021, com o seguinte resultado: Sim 17, Não 378, Total 395.
A matéria, rejeitada pela Câmara dos Deputados, vai ao Senado Federal.
(Encaminhada à publicação Declaração de Voto do Deputado Abílio Santana)

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Declaração de Voto do Deputado Abílio Santana)

OFCN 98/2021

Data: 28/04/2021

Autor: Primeiro-Secretário do Congresso Nacional

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 98, de 28/04/21, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 43/21, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando que, em sessão conjunta realizada em 19 de abril do corrente ano, o Congresso Nacional rejeitou, o veto aposto ao Projeto de Lei n° 1013, de 2020, e encaminhando autógrafos para promulgação.

Descrição/Ementa: Encaminha Mensagem nº , de 202X (CN), do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, comunicando à Presidência da República a derrubada do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.013, de 2020, e encaminhando autógrafos das partes vetadas e rejeitadas pelo Congresso Nacional para promulgação.

MPCN 43/2021

Data: 28/04/2021

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 98, de 28/04/21, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 43/21, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando que, em sessão conjunta realizada em 19 de abril do corrente ano, o Congresso Nacional rejeitou, o veto aposto ao Projeto de Lei n° 1013, de 2020, e encaminhando autógrafos para promulgação.

Descrição/Ementa: Comunica à Presidência da República a derrubada do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.013, de 2020, bem como encaminha autógrafos das partes vetadas e rejeitadas pelo Congresso Nacional para promulgação.

Autógrafo - VET 1/2021

Data: 09/04/2024

Autor: Senado Federal

Local: null

Descrição/Ementa: Suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), criado pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.671, de 15 de maio de 2003.